

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS
DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DO TJGO



Av. Assis Chateaubriand, nº 195, 5º andar, sala 509, St. Oeste
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Goiânia-GO, CEP 74.128-900, Fone: (62) 3216-2698 / 2221

Tribunal de Justiça
Folha 88/10

Termo de Cooperação que entre si celebram o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS e a FUNDAÇÃO ULBRA - FULBRA visando a instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Itumbiara-GO.

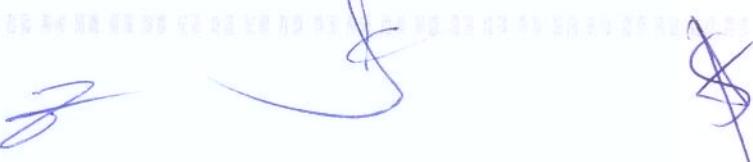
À vista dos autos nº 4112245/2012, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**, com sede na Av. Assis Chateaubriand, nº 195, Setor Oeste, Goiânia-GO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.292.266/0001-80, doravante denominado TRIBUNAL, neste ato representado por seu Diretor-Geral, **Wilson Gamboge Júnior**, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Aparecida de Goiânia-GO, e **FUNDAÇÃO ULBRA - FULBRA**, pessoa jurídica de direito privado com endereço na Av. Beira Rio, nº 1001, Nova Aurora, Itumbiara-GO, inscrito no CNPJ sob o nº 03.286.299/0001-80, doravante denominado FULBRA, neste ato representado pelo Diretor Executivo, **Paulo Augusto Seifert**, brasileiro, portador da CI/Rg nº 1015886052, SSP/RS, e do CPF nº 388.217.100-68, residente e domiciliado em Canoas-RS, ajustam a celebração do presente Termo de Cooperação, sob sujeição às normas da Lei nº 8.666, no que couber, da Lei Estadual nº 17.898/2012, bem como da Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça, e da Resolução nº 18/2011, da Corte Especial do TJGO, fazendo-o em observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo de Cooperação é a ação conjunta dos participes, dentro das respectivas esferas de competência, visando a instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Itumbiara-GO, buscando:

I – implementar e consolidar a política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de solução de litígios, em consonância com a Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010 do Conselho Nacional de Justiça e Resolução nº 18, de 23 de novembro de 2011 da Corte Especial do Tribunal de Justiça;

II – reduzir a excessiva judicialização dos conflitos de interesses, a quantidade de recursos e de execução de sentenças, bem como possibilitar maior efetividade à entrega da prestação jurisdicional aos que acorrem ao Poder Judiciário;





III – disseminar a cultura da conciliação, por intermédio de práticas voltadas a esse propósito, visando a propiciar maior rapidez na pacificação dos conflitos, com resultados sociais expressivos;

IV – somar esforços e meios para expandir o movimento pela conciliação e tornar efetivos os seus resultados, através de mecanismos de soluções de controvérsias, em especial os chamados meios consensuais, como a mediação e a conciliação, bem assim prestar atendimento e orientação ao cidadão.

Parágrafo único. Integra este instrumento o Plano de Trabalho concernente à execução das finalidades descritas nesta cláusula.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES

I – Incumbe à FULBRA:

a) participar do processo de disseminação da cultura da paz, fomentando a conciliação como método alternativo de composição de litígio;

b) disponibilizar, nas suas dependências, espaço físico, instalações, equipamentos, mobiliário e material de consumo indispensáveis ao funcionamento do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Itumbiara-GO;

c) disponibilizar profissionais com perfil apropriado para atuar nos trabalhos do Centro Judiciário, de acordo com a orientação do(a) Coordenador(a) do referido Centro;

d) facilitar o acesso aos trabalhos conciliatórios e a participação conjunta;

e) colaborar com os trabalhos de escrivania, realizando atos de comunicação com as partes no que se fizer necessário ao processo de conciliação;

f) contribuir com recursos tecnológicos para respaldar o processo de conciliação;

g) disponibilizar um funcionário para a função de secretário no posto de conciliação.

II – Incumbe ao TRIBUNAL:

a) instalar o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Itumbiara no espaço para tanto destinado pela FULBRA;

b) prestar apoio e orientação técnica, no que diz respeito ao desempenho das atividades de conciliação, inclusive através da realização de



palestras e treinamento para a formação de conciliadores/multiplicadores;

c) propiciar orientação técnica acerca do PROJUDI, principalmente através de medidas que facilitem a apreensão e utilização do processo eletrônico judicial;

d) promover a realização de audiências de conciliação, instrução e julgamento no espaço para tanto destinado pela FULBRA, em Itumbiara, orientando e ampliando o acesso à Justiça, à celeridade e à prestação jurisdicional;

e) supervisão do Juiz de Direito e homologação de acordos firmados na fase pré-processual, a fim de constituir título executivo judicial (art. 57 da Lei nº 9.099/95).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

O presente Termo de Cooperação não implicará em repasse de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

Será de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da assinatura, a duração deste instrumento, que poderá ser prorrogado, se for de interesse dos partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

Este Termo de Cooperação, mediante concordância dos partícipes, poderá a qualquer tempo, sofrer alterações por meio de aditivos, permitindo-se a supressão e/ou inclusão de novas cláusulas.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias de antecedência para a comunicação por escrito, sem que assista a qualquer dos partícipes direito a indenização.

CLAUSULA SÉTIMA – DO GESTOR

A gestão do presente instrumento competirá ao(à) Juiz(a) de Direito da Vara de Família e Sucessões daquela comarca.



CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões decorrentes deste ajuste.

Assim, justos e combinados, os partícipes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Goiânia, 27 de agosto de 2014.

Wilson Gamboge Júnior

Diretor-Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Instituto Superior de Ensino Superior de Itumbiara-GO

Jeferson Andre Samuelsson
Diretor Geral

Paulo Augusto Seifert

Diretor Executivo da Fundação ULBRA - FULBRA

Testemunhas: Fábio Teixeira Torres



EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

Processo nº

: 4112245/2012

Partícipes

: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
INSTITUTO LUTERANDO DE ENSINO SUPERIOR

Objeto

: O objeto do presente Termo de Cooperação é a ação conjunta dos partícipes, dentro das respectivas esferas de competência, visando a instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Itumbiara-GO, buscando, implementar e consolidar a política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de solução de litígios, em consonância com a Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010 do Conselho Nacional de Justiça e Resolução nº 18, de 23 de novembro de 2011 da Corte Especial do Tribunal de Justiça;

Prazo de Vigência

: 24 (vinte e quatro) meses

Recursos

: Sem aplicação

Dispositivo Legal

: Lei nº 8.666/1993, Lei Estadual nº 17.928/2012, Resolução nº 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça e Resolução nº 18/2011, da Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Data da Assinatura

: 27.08.2014.

Goiânia, 27 de fevereiro de 2015.

Leandra Vilela Rodrigues Chaves
Coordenadora do Assessoramento da Diretoria-Geral